

# O modelo brasileiro de Defesa Nacional em face dos atuais desafios estratégicos

## The Brazilian National Defense model in the face of current strategic challenges

Alessandro Visacro\*

### RESUMO

O presente artigo oferece uma descrição sumária da evolução conceitual associada às mudanças do ambiente estratégico. São apresentados alguns dos principais elementos definidores dos cenários do século XXI, a fim de demonstrar o anacronismo característico do modelo brasileiro. O texto enfatiza a necessidade da adoção de uma concepção sistêmica e multidimensional de segurança.

**Palavras-chave:** Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa, Segurança Multidimensional.

### ABSTRACT

This article discusses the conceptual evolution associated with changes in the strategic environment. The author presents some of the main elements that define the scenarios of the 21st century, in order to demonstrate the anachronism of the Brazilian model. The paper emphasizes the importance of adopting a systemic and multidimensional concept of security.

**Keywords:** Brazilian National Defense Policy, Brazilian National Defense Strategy, Multidimensional Security.

\* Coronel de Infantaria da Turma 1991 e possui o curso de Comando e Estado-Maior pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército. É especialista em operações especiais e guerra irregular. Comandou a 3ª Companhia de Forças Especiais (Manaus - AM) e o 1º Batalhão de Forças Especiais (Goiânia - GO). Possui diversas publicações na área, com destaque para "Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história" e "A Guerra na Era da Informação".

## 1. Introdução

Dentre as inúmeras tendências, fatores e condições que dão forma ao complexo cenário geopolítico contemporâneo, destaca-se a mescla de dois componentes determinantes, quais sejam:

(1) o recrudescimento da competição estratégica global entre Estados, em um ritmo, alcance e amplitude sem precedentes na história da humanidade, porém mantendo-se abaixo do espectro da guerra total; e

(2) a ascensão de atores não estatais, nem sempre vinculados a uma agenda política objetiva, mas, ainda assim, aptos a contestar a legitimidade e o poder soberano do Estado sobre seus elementos materiais, isto é, povo e território.

Decerto, os desafios impostos pelo atual contexto histórico exigem a adoção de abordagens estratégicas menos ortodoxas. Entretanto, o Estado brasileiro se mantém fiel a uma concepção de defesa insuficiente para abranger e interpretar de modo apropriado o vasto conjunto de ameaças (endógenas e exógenas) que se antepõem à consecução dos objetivos e interesses da sociedade nacional. Assim sendo, o próprio Estado, nos níveis político e estratégico, não formula e não oferece respostas efetivas, coerentes e coordenadas, destinadas a mitigar riscos e erradicar atores nocivos; tampouco é capaz de alterar condições que têm se agravado de forma praticamente ininterrupta ao longo das últimas décadas. As vulnerabilidades exibidas pelo país, incluindo seu escasso poderio bélico, se tornam ainda mais preocupantes diante das características que delineiam o predatório ambiente estratégico do século XXI.

De fato, a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, elaboradas a partir de uma visão dogmática de segurança nacional, não fornecem todos os elementos necessários para lidar com as complexidades, incertezas e ambiguidades de uma ordem pós-industrial. O Estado brasileiro dispõe, sobretudo em termos técnicos e táticos, de recursos e capacidades potenciais em alguns

poucos nichos de excelência. Entretanto, não possui condições intrínsecas para manejar a dinâmica que rege o acirramento da competição geopolítica no nível global, como, por exemplo, refrear a agressiva penetração geoeconômica da República Popular da China em seu entorno estratégico ou mesmo inibir iniciativas vinculadas a atores próximos, como a expansão da produção cocalera boliviana. O país, também, tem evidenciado grande dificuldade para se contrapor a ameaças advindas de sistemas complexos adaptativos no nível local, como, por exemplo, combater os efeitos deletérios decorrentes da convergência e hibridização de redes de ilícitos, ou extinguir as insurgências criminais, que constituem, hoje, sua mais grave e premente questão de segurança. Na verdade, a maioria dos militares adquire, ao longo de sua árdua educação profissional, uma perspectiva tão limitada às condicionantes estritamente bélicas, que sequer reconhecem a profunda vinculação desses temas com a “defesa da Pátria” – numa alusão ao texto constitucional.

Ao contrário do que uma análise sumária possa sugerir, a questão vai muito além da mera precariedade do Brasil como pretense líder regional ou grande competidor global. O problema, em seu cerne, envolve elementos bem mais sensíveis como o valor social do Estado, sua soberania e integridade territorial, ou seja, os próprios elementos que lhe dão forma e justificam sua existência.

Portanto, faz-se necessária uma notável ampliação da agenda de defesa, incluindo a adoção de estratégias mais ecléticas, não centradas apenas em uma perspectiva militar convencional, ainda que o Estado jamais possa prescindir de poderio bélico crível e robusto. Os agentes responsáveis pelo planejamento no nível nacional, sejam eles civis ou militares, devem adotar, impositivamente, modelos interpretativos mais adequados às dinâmicas e aos desafios contemporâneos.

A fim de contribuir para uma releitura das questões de segurança e defesa, o presente estudo oferece, inicialmente, uma síntese da evolução conceitual associada às mudanças

do ambiente estratégico, desde a Paz de Vestfália, em 1648, até os dias atuais. Essa abordagem se mostra bastante útil, pois permite estabelecer uma relação entre o contexto estratégico e as correntes doutrinárias predominantes. Em seguida, são apresentados alguns dos principais elementos definidores dos cenários do século XXI, a partir dos quais se pode constatar o anacronismo característico do modelo brasileiro. Por fim, o texto enfatiza a importância da adoção de uma concepção genuinamente sistêmica e multidimensional de segurança.

## 2. A Evolução Conceitual Associada às Mudanças do Ambiente Estratégico

Muitos críticos, amparados em sólida argumentação, condenam o excesso de novos termos criados para descrever os conflitos que eclodiram após o término da Guerra Fria. Eles consideram que tais proposições doutrinárias carecem de originalidade e não passam de um exercício estéril de tautologia. Mas, o que houve, de fato, foi um esforço legítimo para desenvolver um enquadramento teórico adequado aos desafios globais de segurança que se seguiram à ruptura da ordem bipolar. A discussão epistemológica pode ser útil para interpretar a dinâmica atual, se forem levados em consideração o contexto histórico vivido pela humanidade e os elementos determinantes do ambiente estratégico (tabela 1).

**Tabela 1 – Quadro resumo da terminologia associada ao ambiente estratégico**

Período		Contexto histórico	Elementos determinantes do ambiente estratégico	Terminologia empregada para descrever os modelos vigentes e as inovações conceituais	Arquétipo da segurança
1648 a 1945	Período compreendido entre o fim da Guerra dos Trinta Anos e o término da Segunda Guerra Mundial	Pré-industrial e Industrial	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Equilíbrio de poder: ideal westfaliano centrado no protagonismo exclusivo do Estado Nação.</li> <li>2. Concepção estratégica ocidental legada da antiguidade clássica.</li> <li>3. A partir do final do século XVIII: renascimento da guerra total e construção do paradigma da “guerra industrial entre Estados”.</li> </ol>	<p>Guerra (entre Estados)</p> <p><i>versus</i></p> <p>“Pequenas guerras”: insurreições, revoltas nativas, sublevações populares etc.</p>	Segurança Nacional
1945 a 1989/91	Guerra Fria	Industrial	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. MAD: impasse estratégico gerado pelo equilíbrio dos arsenais termonucleares dos Estados Unidos e da União Soviética.</li> <li>2. Proliferação incontida de conflitos irregulares no Terceiro Mundo.</li> </ol>	<p>Guerra (convencional ou nuclear); conflito armado internacional.</p> <p><i>versus</i></p> <p>Guerra irregular; guerra assimétrica; conflito de baixa intensidade; guerra revolucionária; guerra de libertação nacional; guerra civil; conflito armado não internacional etc.</p>	Segurança Nacional
1991 a 2011	Período compreendido entre a Guerra do Golfo de 1991 (Operação <i>Desert Storm</i> ) e a retirada oficial de tropas norte-americanas do Iraque	Pós-industrial	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Incontestável hegemonia norte-americana.</li> <li>2. Ascensão de atores não estatais.</li> </ol>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Novas e Novíssimas Guerras</li> <li>• Conflito Assimétrico</li> <li>• Guerra de Terceira Onda</li> <li>• Guerra de Quarta Geração</li> <li>• Guerra Pós-Heróica</li> <li>• Guerra Pós-Moderna</li> <li>• Guerra no Meio do Povo</li> <li>• Guerra de Três Quadras...</li> </ul>	Segurança Humana
2011...	A partir da redefinição do foco de esforço prioritário dos Estados Unidos, transpondo-o da guerra contra o terror para as potenciais ameaças representadas por Rússia, China, Irã e Coreia do Norte.	Pós-industrial	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Acirramento da competição estratégica global (Estado e não Estado), por meio de todos os instrumentos de poder.</li> <li>2. Declínio da hegemonia norte-americana e acomodação da ordem internacional.</li> </ol>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Guerra Irrestrita</li> <li>• Guerra Híbrida</li> <li>• Conflito na Zona Cinza</li> <li>• Guerra de Nova Geração Russa</li> <li>• Doutrina Gerasimov</li> <li>• Guerra Omnidimensional...</li> </ul>	Segurança Multidimensional

Fonte: autoria própria.

Durante a Idade Média, o Estado representava um ente frágil, que se subordinava a instituições supra-estatais, especialmente, à Igreja. No plano doméstico, sua autoridade encontrava-se fragmentada nas mãos de nobres feudais e “senhores da guerra” que, de fato, detinham o poder

político, social, econômico e militar no nível local. Essa realidade perduraria até o advento da Paz de Vestfália, em 1648.

A partir de então, o reconhecimento formal da autoridade absoluta de cada Estado sobre seus elementos materiais (povo e

território) tornou-se o fundamento do novo arranjo político europeu. Com a separação definitiva entre política externa e política interna, surgia o Estado moderno, antítese do Estado medieval. A nova ordem internacional, centrada na soberania e no protagonismo exclusivo do Estado Nação, fez com que o inovador conceito de “segurança nacional” adquirisse uma conotação eminentemente estatocêntrica e militarista<sup>1</sup>.

Há que se destacar, ainda, o grande legado da cultura helênica na construção do pensamento estratégico ocidental. Graças à sua inigualável proficiência, a falange grega conquistou, na antiguidade clássica, uma supremacia que auferiu ao instrumento militar a capacidade de, ao ser requerido, alcançar, por si só, os objetivos da *polis*. Por conseguinte, meios militares e não militares foram inadvertidamente segregados, transformando o uso ortodoxo do poderio bélico convencional na panaceia política do Estado.

No final do século XVIII, a Revolução Francesa propiciou o renascimento da “guerra total”, da qual Napoleão foi seu maior artífice e Clausewitz seu maior ideólogo. Quando a guerra total incorporou a tecnologia advinda da Revolução Industrial, forjou-se o “paradigma da guerra industrial entre Estados”, cujo ápice se deu na primeira metade do século XX com as duas confrontações mundiais (1914-1918 e 1939-1945).

Nos anos que se seguiram ao término da Segunda Guerra Mundial, o equilíbrio dos arsenais atômicos das duas superpotências evitou nova conflagração na Europa. Porquanto, os riscos inaceitáveis de uma hecatombe nuclear, postulados de acordo com a teoria da “Destrução Mútua Assegurada” (MAD, da sigla em inglês), descartaram a opção de um confronto direto entre as forças

da Organização do Tratado do Atlântico Norte e do Pacto de Varsóvia. Assim sendo, o conflito foi transferido para a via indireta do Terceiro Mundo e, a partir de 1945, a humanidade presenciou uma acentuada redução de guerras entre Estados, enquanto se dava uma incontida proliferação de “conflitos de baixa intensidade”.

Durante a Guerra Fria, as dinâmicas dos conflitos irregulares se aglutinaram em torno de causas nacionalistas e/ou marxistas. Ou seja, os perfis dessas guerras mantiveram-se subordinados, quase que invariavelmente, a propósitos emancipacionistas ou revolucionários, visando a alcançar metas eminentemente políticas.

Com o fim do “império” soviético, os Estados Unidos consagraram sua hegemonia em torno de uma pretensa “nova ordem mundial”. A Guerra do Golfo, em 1991, exibiu a incontestável supremacia militar norte-americana, a qual nenhuma outra nação ousaria desafiar por meios convencionais. Entretanto, o número de conflitos protagonizados por atores armados não estatais manteve-se em patamares elevados. Etnicidade, demografia, urbanização, busca por identidades alternativas, globalização econômica, revolução digital, fluxos migratórios, anomia, convergência e hibridização de redes de ilícitos, dentre outros fatores correlatos, promoveram uma significativa fragmentação da violência, incluindo a difusão de micro insurgências dissociadas de uma agenda política tangível.

Visando a oferecer um enquadramento teórico adequado aos desafios globais de segurança, foram apresentadas inúmeras proposições doutrinárias – muitas das quais com pouca ou nenhuma relevância de ordem prática. Novas ideias surgiram, desde o conceito de segurança humana, formulado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em 1994, sob clara influência do Instituto de Pesquisas da Paz (Escola de Copenhague); até a suposta torrente tautológica que constitui objeto da crítica de muitos especialistas: “novas e novíssimas guerras”, “guerra de terceira onda”, “guerra de três quadras”, “guerra de

<sup>1</sup> No Brasil, em meados da década de 1980, decidiu-se adotar o termo “defesa”, por questões de política interna, a fim de encobrir a estigmatizada expressão “segurança nacional”. Porém, a ideia central, como preceito doutrinário, permaneceu inalterada.

quarta geração”, “guerra pós-heróica”, “guerra no meio do povo” etc.

Para fazer frente à hegemonia norte-americana, foram concebidas abordagens estratégicas alternativas bastante sofisticadas. Ações políticas, diplomáticas, geoeconômicas e informacionais integradas têm permitido a atores estatais e não estatais contrabalançar a superioridade militar dos Estados Unidos. Além do emprego limitado de forças convencionais, métodos indiretos de engajamento, como guerra cibernética, operações de informação, ações clandestinas e o intenso uso de proxies (ou “terceiros”), têm contribuído para iniciativas agressivas que se mantêm, intencionalmente, abaixo do limiar da guerra total. Especialmente, Rússia, China, Irã e Coreia do Norte têm aumentado os investimentos em novas tecnológicas e modernização de suas forças armadas, visando a gerar um incremento gradativo do poderio bélico convencional, a fim de desafiar a supremacia do governo de Washington, tanto em termos regionais quanto globais. “Guerra híbrida”, “conflito na zona cinza”, “doutrina Gerasimov” e “guerra de nova geração russa”, por exemplo, são alguns termos e conceitos que buscam elucidar a lógica por traz do acirramento da competição estratégica e a tendência de declínio da hegemonia norte-americana.

Ademais, muitos governos, a fim de defenderem seus interesses vitais, têm estabelecido vínculos perniciosos com atividades clandestinas, sobretudo, com o terrorismo e o crime organizado transnacional. Criam relações obscuras, dentro das quais se torna difícil distinguir o quanto alguns Estados exploram práticas ilícitas ou, até que ponto, redes criminosas utilizam a burocracia governamental. Esse é o caso, por exemplo, de narcoestados e países que patrocinam o terrorismo. De acordo com os pesquisadores colombianos Vicente Torrijos e Luis Fernando Sarmiento (2019, p. 65), “vários Estados estão se servindo do fenômeno dos atores irregulares para promover seus interesses e alcançar objetivos estratégicos, de ordem política, econômica ou ideológica, criando lógicas de convergência”.

Ou seja, alguns governos incorporaram deliberadamente a seu “arsenal” diplomático: a corrupção; a lavagem de dinheiro; o tráfico de drogas e de armas de fogo; o contrabando; a captura de propriedade intelectual; a “pirataria”; a manufatura e o comércio de produtos falsificados etc.

Em termos de enquadramento teórico-doutrinário, conforme apresentado na tabela 1, a Guerra do Paraguai e a insurreição camponesa de Canudos exemplificam muito bem a dicotomia existente, no século XIX, entre “guerra” e “sublevação popular”. Da mesma forma, a participação da Força Expedicionária Brasileira na campanha da Itália, nos anos de 1944 e 1945, ilustra o paradigma da guerra industrial entre Estados. A supressão de movimentos revolucionários marxistas, nas décadas de 1960 e 1970, por sua vez, manteve-se estritamente de acordo com o arquétipo de conflito irregular característico do período da Guerra Fria.

Embora tenha permanecido fiel aos pressupostos de segurança nacional, o Estado brasileiro, a partir de 1994, passou a empregar suas forças armadas, de forma recorrente, em operações internas de garantia da lei e da ordem, incluindo ações “tipo polícia” na faixa de fronteira<sup>2</sup>. Porém, o faz desprovido de uma concepção doutrinária ou um modelo interpretativo adequados ao vasto conjunto de ameaças que emergiram de um novo contexto histórico.

Como já foi destacado anteriormente, a dificuldade de proporcionar um amplo enquadramento teórico aos desafios que permeiam o ambiente estratégico desde a ruptura da ordem bipolar tem sido um óbice comum a quase todos os países. Decerto, o Brasil se sobressai em termos de emprego doméstico de forças, a ponto de se tornar uma

<sup>2</sup> Em 1994, foi realizada a primeira operação de vulto das forças armadas contra o crime organizado na cidade do Rio de Janeiro, cognominada Operação Rio. Dois anos antes, tropas federais já haviam sido empregadas na segurança da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco 92), também no Rio de Janeiro.

referência, especialmente, no nível tático. Todavia, é incapaz de fazer uma leitura precisa do ambiente, tampouco estruturar corretamente os problemas que constituem ameaças “não tradicionais”. Tal fato pode ser comprovado pela absoluta inexistência de resultados estratégicos significativos nas operações conduzidas no interior do próprio território nacional ao longo dos últimos 25 anos.

### 3. Características e Tendências do Ambiente Estratégico

Embora o desenvolvimento científico exerça um papel determinante no curso da história, a pós-modernidade não se restringe, apenas, ao impacto de tecnologias disruptivas. A humanidade se defronta, hoje, com um fluxo sem precedentes de pessoas, ideias, serviços, bens e capital. Além disso, modificações nos padrões migratórios, pressões demográficas, urbanização incontida e degradação ambiental se somam a mudanças políticas, transformações econômicas globais e, sobretudo, profundas alterações nas expectativas, valores e normas sociais. Hiperconectividade digital combinada com elevada mobilidade geográfica resultou na virtual abolição do tempo e das distâncias, assim como tem sido responsável por uma sensível degradação das tradicionais formas de poder.

Dentre as principais características e tendências que dão forma ao atual ambiente estratégico, destacam-se:

- **Acirramento da competição estratégica global** – atores estatais e não estatais dispõem de recursos e se mostram propensos a competir de forma mais agressiva, por meio de todos os instrumentos de poder e em todas as dimensões (física, humana e informacional). Ainda que o alcance, o ritmo e a amplitude dessa disputa sejam enormes, o emprego sincronizado de alternativas não militares e o largo uso de formas indiretas de engajamento permitem manter tal confrontação abaixo do limiar da guerra total. Ao parafrasear Clausewitz, em mensagem pessoal a este autor datada de 29 de agosto de 2019, o general Luiz Eduardo

Rocha Paiva, do Exército Brasileiro, afirmou que “a paz se tornou a continuação da guerra por outros meios”. Recursos militares e não militares estão se tornando interdependentes, complementares e indissociáveis em quaisquer níveis – político, estratégico, operacional e, até mesmo, tático.

- **Comprometimento da ordem vestfaliana** – a ordem internacional centrada no protagonismo exclusivo do Estado Nação se vê confrontada pela ascensão de atores não estatais em todos os níveis (local, nacional, regional e global). Organizações extremistas, facções criminosas, grupos militantes, movimentos reivindicatórios disruptivos, organismos internacionais, corporações multinacionais e, até mesmo, indivíduos superpoderosos desafiam abertamente o exercício da soberania do Estado sobre seus elementos materiais.

- **Crise persistente da democracia representativa** – o desgaste das instituições democráticas, a degradação do discurso coletivo, os efeitos deletérios de massivas campanhas de desinformação e a crescente perda de capital político têm contribuído, sobremaneira, para o descrédito e a fragilização desse sofisticado sistema político-social. Muitos atores se valem das contradições e vulnerabilidades inerentes aos regimes democráticos para capturar o poder ou simplesmente corromper as estruturas do Estado.

- **Falência governamental endêmica** – muitos Estados têm fracassado na promoção do bem comum, razão pela qual foram concebidos. Constata-se a incidência, cada vez maior, de Estados falidos ou quase falidos, nos quais ocorre o virtual colapso dos governos centrais e/ou uma situação permanente de conflito armado interno. Países, que não estão submetidos a um processo de falência claro e inexorável, têm apresentado um quadro de governança falida e soberania fragmentada, admitindo a proliferação de áreas não governadas no interior de seu território (“black spots”). Assim sendo, a debilidade do poder público tem suscitando uma renegociação dos termos

da soberania e, por conseguinte, da própria existência do Estado.

- **Convergência e hibridização** – grupos terroristas, organizações criminosas, movimentos insurgentes e, não raro, Estados pouco comprometidos com valores democráticos e preceitos humanitários compartilham interesses, métodos e objetivos, estabelecendo dinâmicas de cooperação apoiadas em atividades legais, ilegais e informais. Com conectividade ilimitada, surgem “networks de networks” caracterizadas por enorme alcance, capilaridade, multiplicidade, velocidade, redundância e resiliência.

- **Ordem multipolar ou policêntrica** – o declínio da hegemonia norte-americana tende a gerar uma reacomodação da ordem internacional, especialmente, diante da ascensão da China como potência global. Ademais, certos países se consolidam como potências regionais. Os modelos, normas, regras e valores impostos pelo Ocidente como padrões universais tendem a ser contestados, incluindo o próprio sistema internacional e suas estruturas. Novas instituições e mecanismos de cooperação surgem como alternativas às formas vigentes de relações exteriores.

- **Ordem neo-feudal** – em muitos países, atores armados não estatais exercem influência direta sobre contingentes populacionais significativos. Eles impõem seus próprios sistemas normativos no nível local, territorializando o espaço geográfico sob seu controle. Vários Estados têm se mostrado incapazes de suprimir o crescente déficit interno de soberania, falhando na erradicação dessas áreas não governadas. Além disso, a debilidade exibida pelo governo central e a fragmentação do seu poder no plano doméstico ocorrem concomitantemente com a fragilização de sua posição no âmbito externo, em face de sua inevitável subordinação a agendas impostas por grandes potências, organismos internacionais, corporações multinacionais etc.

- **Surgimento de novos espaços contestados** – atores estatais e não estatais

competirão pelo acesso, influência, exploração e/ou controle sobre áreas geográficas consideradas, até então, de importância marginal. Além disso, a disputa na dimensão informacional pela prevalência cultural, ideológica e de narrativas abrange elementos físicos, virtuais e cognitivos.

- **Pressões demográficas** – alterações em perfis demográficos, crescimentos vegetativos discrepantes e/ou fluxos migratórios agravam tensões sociais pré-existentes, colocam em risco contingentes populacionais específicos, acentuam a escassez de recursos, sobrecarregam as infraestruturas disponíveis, contribuem para a degradação ambiental e desafiam a capacidade governamental de atendimento das necessidades coletivas.

- **Agravamento de fissuras psicossociais** – contingentes populacionais segregados ou desprovidos de um senso de pertencimento, hoje, têm acesso mais facilmente a novos referenciais críticos. Em decorrência disso, se mostram propensos ao resgate e fortalecimento da cultural ancestral ou, em muitos casos, são suscetíveis à construção de identidades alternativas como “justificativa para a existência do ente coletivo”. A lealdade a essas identidades pode transcender fronteiras políticas ou superar o senso de nacionalidade. Religião, etnicidade, reivindicações por autonomia territorial ou a adesão a ideologias radicais podem se converter em sectarismo fratricida.

- **Expectativas e aspirações crescentes** – os anseios da população crescem em um ritmo muito superior à capacidade de produção e distribuição de riqueza. Graças à aquisição de novos referenciais críticos, as causas de insatisfação popular, na atualidade, vão muito além do mero atendimento das demandas básicas. Sobretudo, entre as legiões de jovens que se sentem obliteradas por sistemas socioeconômicos estagnados, a frustração psicológica tornou-se, potencialmente, mais perigosa que as carências materiais.

- **Pós-verdade** – a manipulação de percepções e a farta disponibilidade de

“narrativas alternativas”, quase sempre associadas a uma campanha de desinformação mais ampla, são capazes de acirrar antagonismos, comprometer a coesão nacional e gerar cisões entre aliados, criando intencionalmente oportunidades passíveis de serem exploradas por atores diversos.

- **Degradação ambiental e escassez de recursos** – o comprometimento das condições de subsistência causa, invariavelmente, o recrudescimento de antagonismos ou promove o surgimento de novos focos de tensão e instabilidade.

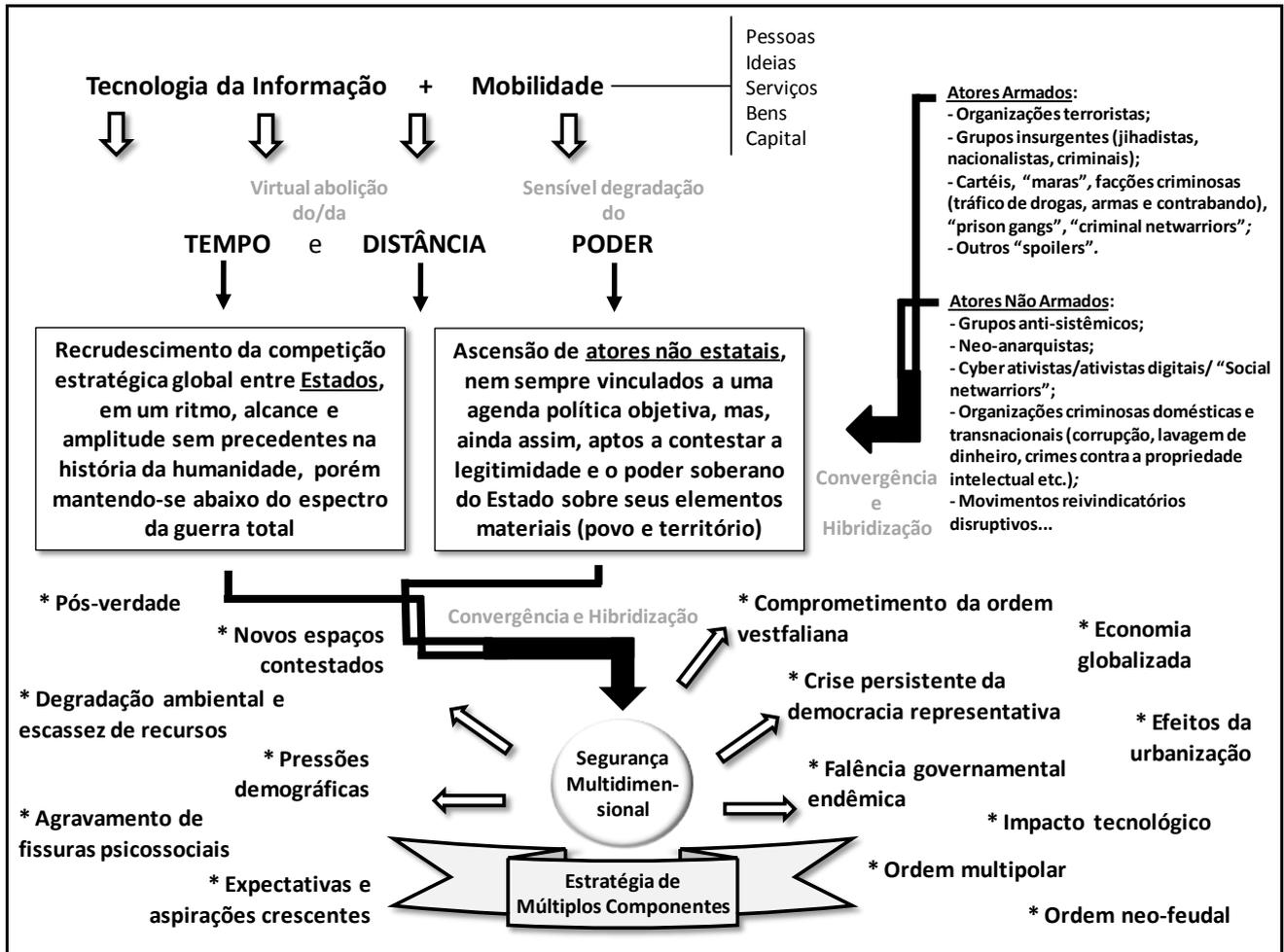
- **Impacto tecnológico** – além de fomentar a anomia, colocando em risco os tradicionais corpos de crenças e valores que amalgamam a cultura, o acesso universalizado à tecnologia da informação está produzindo sociedades dependentes da digitalização em cada aspecto da vida cotidiana. Entretanto, o “gap tecnológico” tende a aumentar. Mesmo admitindo o surgimento de novos líderes em termos de inovação científica, a capacidade de produção, distribuição e controle dessa e outras tecnologias permanecerá restrita a um número relativamente pequeno de detentores. Sob o aspecto estritamente militar, o desenvolvimento tecnológico continuará impondo modificações expressivas e exercendo enorme influência sobre o campo de batalha. Como já aconteceu no passado, a

introdução de novos sistemas de armas e o aumento de capacidades técnicas não afetarão, apenas, as circunstâncias táticas. Ao contrário, trarão impactos estratégicos relevantes.

- **Economia globalizada** – mercados globais e cadeias produtivas transnacionais subsistirão, a despeito de eventuais retrações decorrentes de disputas comerciais, crises financeiras internacionais e outros fatores. Sistemas econômicos interdependentes induzem algumas economias nacionais a apresentarem um escopo, cada vez mais, limitado, porém com maior grau de especialização. Embora persista a tendência geral de redução da extrema pobreza, grandes focos de iniquidade continuarão existindo como fontes perenes de instabilidade e insegurança. Em todo o mundo, a economia estará sujeita aos resultados práticos da automação, do emprego de inteligência artificial e do advento de novas tecnologias disruptivas.

- **Efeitos da urbanização** – a urbanização incontida agrava problemas relativos à escassez de recursos, degradação ambiental, esgotamento das infraestruturas existentes, iniquidade social e segregação espacial. Paradoxalmente, algumas megacidades litorâneas estão se tornando mais importantes do que os Estados que as abrigam. (Figura 1)

Figura 1 – Síntese do ambiente estratégico



Fonte: autoria própria.

Estados Unidos, Canadá, Espanha, França, Ucrânia, Rússia, China, Japão, Indonésia, Filipinas, México, Honduras, Guatemala, El Salvador, Colômbia, Peru, Bolívia e Chile (sem contar os inúmeros *hotspots* localizados na África e no Oriente Médio) são exemplos de países profundamente engajados em uma ou mais questões intrínsecas ao ambiente estratégico acima descrito. Vários elementos que dão forma a esse complexo mosaico, também, podem ser facilmente contextualizados com a realidade nacional. Descrevê-los foge ao escopo desta breve análise, mas, apenas para fins de ilustração, dá-se destaque à/ao:

- insuficiência de meios dissuasórios e vigor econômico para se contrapor à penetração de potências extrarregionais no entorno estratégico brasileiro;
- inserção de temáticas da Amazônia em uma agenda “globalista”;

- renovada onda de instabilidade política no continente, implementada com o envolvimento do potencial de protesto da população latino-americana e o emprego de formas de resistência civil do tipo “*social netwar*”;
- porosidade em toda sua vasta extensão de fronteira;
- risco de crise humanitária decorrente de fluxo migratório de refugiados;
- coesão nacional e governabilidade vulneráveis à intensa guerra de narrativas e suscetíveis a campanhas de desinformação;
- insurgência criminal associada à expansão das redes de ilícitos;
- crescimento desordenado dos centros urbanos;
- conurbação;
- proliferação de áreas não governadas no interior do Estado;

- alterações desiguais no perfil demográfico da população brasileira;
- fortalecimento do apelo à etnicidade dentro dos grupos pré-colombianos remanescentes, muitos dos quais com fronteiras étnicas que transcendem as fronteiras políticas (Ashaninka, Baniwa, Tukano, Tauarepang, Ingaricó, Guarani etc.);
- florescimento da “narcocultura” ou “ideologia de facção”<sup>3</sup> entre a população jovem dos enclaves urbanos, como forma de adesão a identidades alternativas; e
- novas propostas de autonomismo que surgem como opção política e social diante da ineficiência da burocracia governamental nos espaços tradicionalmente segregados; etc.

#### 4. Segurança Multidimensional

Os próximos combates serão marcados por engajamentos na órbita terrestre, velocidade hipersônica e fogos de maior alcance, precisão e letalidade. Atores estatais e não estatais lutarão em águas internacionais, no espaço cibernético e em “cidades de lata” entrecortadas por vielas com esgoto a céu aberto, onde hordas de crianças fora da escola e jovens sem emprego serão cooptadas por práticas de violência abjeta, em um ambiente de caos, anomia e barbárie. Possivelmente, o campo de batalha será “povoado” por civis inocentes, forças irregulares, mercenários e robôs militares autônomos – em detrimento dos enormes contingentes de “cidadãos soldados”, originários da Revolução Francesa, que protagonizaram as principais guerras do século XX.

Todavia, o aspecto mais importante a ser considerado no planejamento político e estratégico é que, tanto nos conflitos atuais

<sup>3</sup> Termo cunhado pelo coronel e ex-comandante geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro Mário Sérgio Duarte, para descrever a “subcultura de valores fundamentados na extrema violência, que regula a relação entre os membros das facções criminosas, e destes com os indivíduos das comunidades que dominam, define suas atitudes contra os inimigos, e atua como fio lógico para a existência da entidade coletiva”.

quanto nas guerras futuras, a vitória não poderá mais ser obtida, tão somente, pela mera aplicação do poderio bélico convencional. De acordo com uma análise recentemente produzida pelo Centro de Ensino de Doutrina e Comando do Exército Francês:

O conflito como conceito está se tornando, cada vez mais, desterritorializado e os ativos militares talvez não sejam os mais relevantes ou efetivos [...] Uma vez que a batalha decisiva não constitui mais um paradigma absoluto na conquista da vitória estratégica, é provável que uma saída moderna para situações de crise continue sendo caracterizada por uma abordagem integrada de longo prazo, a qual requer a ação coordenada e, muitas vezes, dispendiosa de vários atores, sobretudo, atores não militares. (CENTRE DE RÉFLEXION TERRE, 2019, p. 8 e 20).

O risco de eclodirem guerras convencionais marcadas por operações de combate em larga escala, ainda, existe e, portanto, não há que se admitir negligência no preparo das forças armadas. O cientista político Graham Allison (2018) chamou a atenção para o fato de que, nos últimos 500 anos, por 16 vezes uma potência emergente desafiou o status quo da potência dominante. Em 12 casos, a disputa levou a um conflito armado – quase sempre deflagrado por um evento associado a um ator secundário de menor importância, como o assassinato do arquiduque austríaco Francisco Ferdinando em 1914, por exemplo. Essa advertência não pode ser ignorada no atual contexto geopolítico, sobretudo, porque os desafios à hegemonia norte-americana vêm acompanhados de um incremento no número de guerras por procuração (“*proxy warfare*”), renovada ênfase no poderio bélico convencional e iniciativas cada vez mais ousadas na “zona cinza” que antecede uma confrontação formal entre Estados. Ademais, a competição entre grandes potências pode induzir a irrupção de conflitos regionais entre países periféricos.

Dispor de forças armadas dotadas de significativo poder dissuasório continua sendo

essencial, mas, já não é, por si só, suficiente para se contrapor aos desafios globais de segurança. Segundo Andrew Johnson (2019), “gerar um entendimento de um adversário baseado, apenas, em suas capacidades e possibilidades militares cria uma lacuna crucial no entendimento holístico da ameaça proveniente da intenção desse adversário e do seu conjunto de capacidades”. Portanto, a resposta deve advir, impositivamente, de uma concepção multidisciplinar e multidimensional, a partir da qual sejam desenvolvidas estratégias de múltiplos componentes, capazes de explorar todo o espectro de alternativas, recursos e meios estatais de forma integrada e sincronizada (“*whole-of-state approach*”).

A aquisição de uma perspectiva multidisciplinar como ponto de partida para a interpretação de questões de segurança e defesa e formulação de políticas públicas não deve ser entendida como mero exercício de tautologia. Na verdade, trata-se da busca por um significado holístico mais profundo e acurado, que transcenda a tradicional lógica calcada na rígida segregação entre os campos do poder. Nos dias atuais, o modelo de proteção do Estado e da sociedade precisa se originar de uma concepção genuinamente sistêmica.

Uma estratégia formulada a partir dos preceitos de segurança nacional mantém-se, invariavelmente, centrada nas ditas “ameaças tradicionais”. Ou seja, ameaças provenientes de forças regulares de Estados oponentes em um quadro de conflito armado formalmente reconhecido, atribuindo importância marginal a quaisquer outras formas de antagonismo. Obviamente, a segurança nacional exige ações complementares empreendidas em outros campos do poder. Entretanto, conserva a primazia da expressão militar. Equivale dizer que a segurança nacional contempla, em algum momento do processo de resolução do problema político e estratégico, uma efêmera interface do instrumento militar com temas afins em outros campos do poder. Decerto, essa abordagem se encontra em franco desacordo com o ambiente geopolítico delineado no corpo deste trabalho.

A efetiva orquestração de todos os instrumentos do poder nacional requer tanto uma base conceitual apropriada quanto mecanismos institucionais permanentemente dedicados a esse fim. Como fundamento teórico mais adequado aos novos conjuntos de ameaças à sociedade e suas dinâmicas não lineares, a segurança multidimensional propugna uma visão compartilhada de toda a problemática, conduzindo, invariavelmente, a soluções complementares e interdependentes dentro de uma resposta sistêmica coordenada (figura 2)<sup>4</sup>. Para tanto, faz-se necessário a/o:

- articulação entre os poderes constituídos;

- gestão executiva apoiada em mecanismos regulatórios formais, capazes de fomentar a dinâmica do ambiente cooperativo interagências e inter organizacional, em todas as instâncias da administração pública;

- integração, coordenação, sincronização e avaliação de ações e campanhas empreendidas em todos os campos do poder nacional;

- desenvolvimento de culturas organizacionais que favoreçam a dinâmica de relações horizontais e transversais, tanto quanto as tradicionais funções verticalmente hierarquizadas;

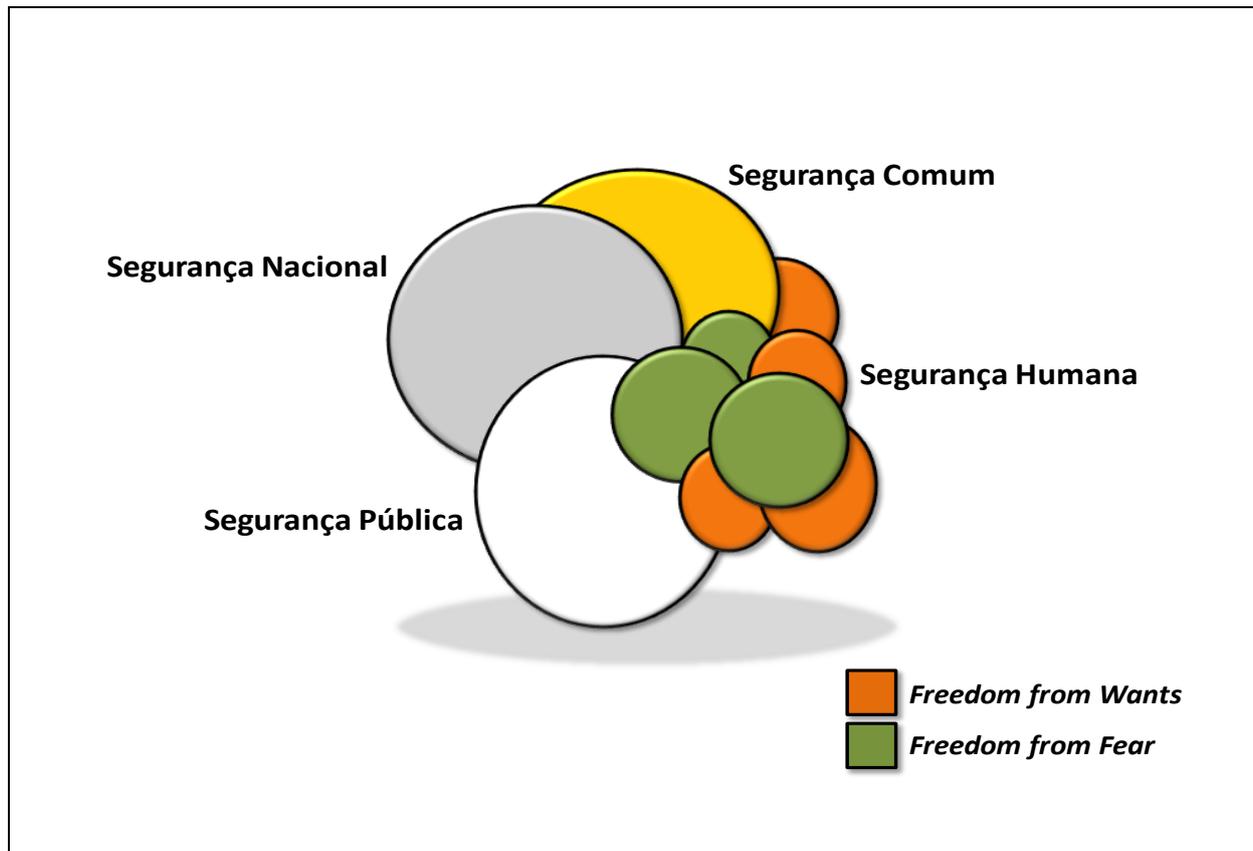
- engajamento da sociedade civil; e

- cooperação internacional.

---

<sup>4</sup> O conceito de segurança multidimensional adota uma perspectiva complementar, interdependente e indissociável entre segurança nacional, segurança pública, segurança comum e segurança humana (a qual se subdivide em 7 dimensões ordenadas em dois grupos)

**Figura 2 – Segurança Multidimensional**



Fonte: VISACRO, 2019 a., p. 79.

No Brasil, tanto a Política Nacional de Defesa quanto a Estratégia Nacional de Defesa, em termos práticos, se apoiam fundamentalmente em uma concepção de segurança nacional *stricto sensu*. Ou seja, um modelo que, por si só, já não é mais suficiente para abranger, interpretar e combater de modo apropriado o vasto conjunto de ameaças que colocam em risco os interesses nacionais e desafiam, até mesmo, a própria sobrevivência do Estado. Na verdade, ambos os documentos retratam uma cultura institucional ortodoxa, profundamente arraigada nas forças armadas, assim como revelam a alienação da sociedade nacional em relação às suas questões de segurança e defesa.

Embora os analistas mais dogmáticos reconheçam o claro acirramento da competição geopolítica, suas apreciações se subordinam, invariavelmente, ao consagrado paradigma da guerra industrial entre Estados. Pouca ou nenhuma ênfase tem sido dada ao

uso, cada vez mais, agressivo de alternativas não militares, cujo propósito é manter a confrontação abaixo do espectro da guerra total. Além disso, as ameaças que não estejam diretamente associadas a iniciativas de governos estrangeiros são consideradas de menor importância, como se os atores não estatais fossem menos nocivos à segurança do Estado, ou pudessem ser apartados do espectro de conflitualidade.

A distinção cronológica entre guerra e paz, fruto de uma escalada gradual do conflito, tornou-se imperfeita. Da mesma forma, a segregação de meios militares e não militares, em qualquer tempo ou nível decisório, tornou-se errônea. Portanto, faz-se necessário reconhecer que nenhum dos dois documentos supracitados é verdadeiramente capaz de instrumentalizar uma abordagem sistêmica. Sem dúvida, as forças armadas brasileiras atendem a um notável portfólio de missões, mas isso não significa que suas

ações e a de outras agências governamentais estejam subordinadas a um planejamento estratégico amplo e coerente. O anacronismo do modelo brasileiro pode ser observado no fato de que o planejamento estratégico e operacional contempla prioritariamente ações militares em hipóteses de guerras interestatais, abstendo-se de empreender, desde o tempo de paz, ações robustas, convergentes e integradas em todas as demais expressões do poder nacional.

Infelizmente, questões intrínsecas a cada força singular têm monopolizado a agenda de defesa, sem que o Estado imponha a suas instituições militares e agências civis, de modo articulado, uma política clara e objetiva<sup>5</sup>. Além disso, o Brasil carece de uma perspectiva autóctone que se mostre fiel às suas próprias idiossincrasias. A obsessão por “soluções importadas” de “como” fazer tem inibido o pensamento crítico independente acerca do “para que” fazer. Decerto, a contemplação do “*American way of war*” não oferece as respostas que o país necessita para dar solução às suas complexas questões de segurança e defesa.

Eventos recentes, como os desdobramentos da crise política na Venezuela, expuseram, de forma bastante clara, as vulnerabilidades do Brasil, evidenciando a necessidade da ação pragmática com o senso de urgência que a situação requer. O voraz ambiente estratégico do século XXI não poupará esquemas obsoletos e organizações antiquadas que se

<sup>5</sup> A revisão da Política Nacional de Defesa, realizada no ano de 2016, incluiu novas “considerações finais”, nas quais se pode ler: “Todos os setores da Administração Federal deverão articular-se entre si, visando à consecução dos objetivos estabelecidos na presente Política e ao emprego mais racional das capacidades e potencialidades do País. Da mesma forma, as medidas implementadas pelo Setor de Defesa no sentido da consecução dos Objetivos Nacionais de Defesa deverão observar e atender, no que for cabível, as interações com as políticas setoriais dos demais órgãos da Administração Federal”. Sem dúvida, isso não é suficiente para caracterizar uma abordagem do tipo “whole-of-nation approach”.

recusam a evoluir. Diante de problemas dotados de proporções ou características inéditas, insistir em soluções pré-existentes de eficácia questionável, limitando-se apenas a encobri-las com novas roupagens, pode gerar resultados desastrosos. Afinal, como advertiu Peter Drucker (1980), “o maior perigo em tempos turbulentos não é a turbulência em si, mas agir com a lógica do passado”. Nesse sentido, a celebração do centenário da Missão Militar Francesa é propícia à reflexão.

Em 1919, a conjuntura internacional apresentava algumas características semelhantes aos cenários atuais: surpreendentes inovações tecnológicas responsáveis por profundas mudanças na conduta da guerra; acirramento da competição entre Estados; ascensão de potências emergentes; instabilidade política; expansão de ideias radicais etc.

Espectador da guerra na Europa, o Exército Brasileiro se convenceu da necessidade de empreender um amplo esforço de modernização, fazendo a opção natural pelo vitorioso e aclamado modelo francês. O acordo de cooperação foi firmado, em Paris, pelo embaixador brasileiro Raul Régis de Oliveira e o então ministro da guerra, Georges Clemenceau. O primeiro oficial a chefiar a delegação estrangeira foi o general Maurice Gamelin – que dá nome à antessala do auditório da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, no Rio de Janeiro. Quando a missão de instrução se encerrou duas décadas mais tarde, em 1940, Gamelin era o comandante em chefe das forças armadas francesas, protagonizando o maior desastre da história militar de seu país.

Em uma brilhante análise publicada recentemente pelo American Enterprise Institute, Kenneth Pollack (2019) destacou que a França não foi derrotada pela Wehrmacht porque dispunha de menor poder relativo de combate, tecnologia defasada ou estava estrategicamente em desvantagem. Tudo isso lhe era favorável. Na verdade, os franceses foram vencidos porque eram prisioneiros de suas políticas, de sua economia, de sua cultura e da sua história. A

experiência adquirida na Grande Guerra e a postura de seus líderes militares haviam forjado uma cultura institucional que levou as forças armadas a interpretar o potencial das novas tecnologias segundo preceitos antiquados.

Assim sendo, não surpreende que, após vinte anos de Missão Militar Francesa, o Exército Brasileiro, a despeito de inegáveis avanços, estivesse completamente despreparado para lutar no teatro de operações da Itália. O fato da França, mesmo dispondo de poderio bélico, ter sido derrotada por sua própria ortodoxia, rigidez institucional e intransigência intelectual, em um período de grandes mudanças, serve de alerta.

Hoje, o Exército Brasileiro ainda conta com uma disposição espacial decorrente de demandas geopolíticas do século XVIII; mantém sua geração de força apoiada exclusivamente em um sistema de conscrição de massa implementado em 1916, durante a Primeira Guerra Mundial; conserva um

padrão de ensino típico da era industrial (centrado na aprendizagem “mecânica” de processos); e aposta em demasia na mobilização nacional para atender à contingência de um eventual conflito armado. Temas tratados como verdadeiros dogmas no âmbito da própria instituição. Além disso, se subordina a um modelo de segurança e defesa insuficiente para lidar com os desafios estratégicos contemporâneos.

No passado, a Nação pôde confiar na visão inovadora, pensamento de vanguarda, energia e pragmatismo de grandes líderes como Caxias, Osório, Rondon e Castello Branco. Decerto, a complexidade, o alcance e a velocidade inerentes ao conjunto de ameaças, no século XXI, requerem, de forma ainda mais assertiva, esses mesmos atributos. Afinal, a história tem sido impiedosa com forças armadas que se apoiam em preceitos e ideias dissonantes da realidade, como demonstra o trágico exemplo francês mencionado acima.

## Referências

ALLISON, Graham. **Is war between China and US inevitable?** TED (website), setembro 2018. Disponível em: <https://youtu.be/XewnyUJgyA4>. Acesso em: 4 Set 2019.

ARANHA, Frederico. **Guerra Híbrida: desvendando a PMC Wagner.** Defesanet (website), 7 Jul. 2018. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/russiadocs/noticia/29702/GUERRA-HIBRIDA-%E2%80%93-Desvendando-a-%E2%80%93CPMC-WAGNER%E2%80%93D/>. Acesso em: 1 set. 2018.

ARQUILLA, John. Perils of the Gray Zone. *Prism*, v. 7, n. 3, p. 118-128, maio 2018.

ASPREY, Robert B. **War in the Shadows: the Guerrilla in History.** New York: William Morrow and Company, Inc., 1994.

BLYTHE JR, Wilson C. e CALHOUN, Luke T. How We Win the Competition for Influence. *Military Review*. Leavenworth, v. 99, n. 3, p. 37-47, May-June 2019.

BOOT, Max. **The United States is preparing for the wrong war.** The Washington Post (website), 29 Mar. 2018. Disponível em: [https://www.washingtonpost.com/opinions/the-united-states-is-preparing-for-the-wrong-war/2018/03/29/0c0553ae-336b-11e8-8bdd-cdb33a5eef83\\_story.html?utm\\_term=.387ca09929ac](https://www.washingtonpost.com/opinions/the-united-states-is-preparing-for-the-wrong-war/2018/03/29/0c0553ae-336b-11e8-8bdd-cdb33a5eef83_story.html?utm_term=.387ca09929ac). Acesso em: 1 Set. 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Congresso aprova documentos de Defesa e atualização do Livro Branco.** Portal do Ministério da Defesa (website), 20 Dez. 2018. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/noticias/50981-congresso-aprova-documentos-de-defesa-e-atualizacao-do-livro-branco>. Acesso em: 17 Nov. 2019.

- BRASIL. Ministério da Segurança Pública. **Plano e Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social**. Brasília, DF, 2018.
- CENTRE DE RÉFLEXION TERRE. **Les Principes de la Guerre en 2035**. Center for Doctrine and Command Teaching. International conference, work syntehesis, École Militaire, Paris, 13-14 Jun. 2019.
- DESCHENES, Nicholas. Enabling Leaders to Dominate the Space Domain. **Military Review**. Leavenworth, v. 99, n. 3, p. 109-118. May-June 2019.
- DE SOUZA, Marília C. B. O Conceito de Áreas Não-Governadas ou Black Spots e os Desafios Políticos e Teóricos para a Agenda de Segurança do Pós Guerra Fria. **Ensaio do IEEI**, n. 14, Ago. 2012.
- DRUCKER, Peter. **Managing in Turbulent Times**. New York: Harper Paperbacks, 1980.
- DUARTE, Mário Sérgio. **Desafios para o Brasil Frente à Insurgência Criminal**. Palestra proferida para: Ciclo empreendedor viagem anual, 2019.
- GALANTE, Alexandre. **China lançou ao mar 16 navios de guerra no primeiro semestre de 2019**. Poder Naval (website), 19 Ago 2019. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2019/08/16/china-lancou-ao-mar-16-navios-de-guerra-no-primeiro-semester-de-2019/>. Acesso em: 3 Set 2019.
- GERASIMOV, Valery. Contemporary Warfare and Current Issues for the Defense of the Country. **Military Review**. Leavenworth, v.97, n. 6, p. 22-27, November-December 2017.
- GERASIMOV, Valery. Russian General Staff Chief Valery Gerasimov's 2018 Presentation to the General Staff Academy: Thoughts on Future Military Conflict – March 2018. **Military Review**. Leavenworth, v. 99, n. 1, p. 130-138, January-February 2019.
- HEGINBOTHAM, Eric e SAMUELS, Richard. **A New Military Strategy for Japan**. Foreign Affairs (website), 16 Jul. 2018. Disponível em <https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/2018-07-16/new-military-strategy-japan>. Acesso em 30 Ago. 2018.
- HOBBSAWN, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HUNTINGTON, Samuel. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.
- JOHNSON, Andrew M. Competition in 2035: Training for Multi-Domain Operations in Competition with China. **Red Diamond**. Leavenworth, v. 10, n. 3, p. 3-7, Jul.-Sep. 2019.
- KILCULLEN, David. **Out of the Mountains: the coming age of the urban guerrilla**. Nova Iorque: Oxford, 2013.
- KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- KOFMAN, Michael e ROJANSKY, Matthew. Que Tipo de Vitória a Rússia Está Obtendo na Síria. **Military Review**, Leavenworth, v. 73, n. 3, p. 48-67, edição brasileira, terceiro trimestre 2018.
- LEAL, Paulo César. A Guerra Híbrida. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**, [S.I.], v. 4, n. 9, p. 6-17, 4 jan. 2016. ISSN 2317-6350. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/DMT/article/view/722>. Acesso em: 17 dez. 2018.
- LIANG Qiao e Xiangsui, Wang. **Unrestricted Warfare**. Beijing: People's Liberation Army Literature and Arts Publishing House, 1999. Disponível em <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/GUERRAALEMLIMITES.pdf>. Versão em inglês disponível em: <https://www.oodalooop.com/documents/unrestricted.pdf>.

MALAN, Carlos José Sampaio. **100 Anos da Missão Militar Francesa no Brasil**. Defesanet (website), 7 Set. 2019. Disponível em [http://www.defesanet.com.br/br\\_fr/noticia/34147/MALAN---100-ANOS-DA-MISSAOMILITAR-FRANCESA-NO-BRASIL/](http://www.defesanet.com.br/br_fr/noticia/34147/MALAN---100-ANOS-DA-MISSAOMILITAR-FRANCESA-NO-BRASIL/). Acesso em: 15 Nov. 2019.

MANDO DE ADIESTRAMIENTO Y DOCTRINA. **Entorno Operativo Terrestre Futuro 2035**. Ejército de Tierra, España, Septiembre 2018.

MATFESS, Hilary e MIKLAUCIC, Michael. **Beyond Convergence: world without order**. Washington: Center for Complex Operations, Institute for National Strategic Studies/National Defense University, 2016.

MCNEILLY, Mark. **Sun Tzu e a Arta da Guerra Moderna**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MORRIS, Lyle J.; MAZARR, Michael J.; HORNUNG, Jeffrey W.; PEZARD, Stephanie; BINNENDIJK, Anika; KEPE, Marta. **Gaining Competitive Advantage in the Gray Zone: Response Options for Coercive Aggression Below the Threshold of Major War**. Santa Monica: RAND Corporation, 2019. Disponível em [www.rand.org/t/RR2942](http://www.rand.org/t/RR2942).

NAÍM, Moisés. **O fim do poder: nas salas da diretoria ou nos campos de batalha, em Igrejas ou Estados, por que estar no poder não é mais o que costumava ser?** São Paulo: LeYa, 2013.

PHILLIPS, P. Michael. Deconstructing Our Dark Age Future. **Parameters**, Army War College, v. 39, p. 94-110, Summer 2009.

POLLACK, Kenneth. **Society, Technology, and Future Warfare**. American Enterprise Institute, Nov. 2019.

RÉPUBLIQUE FRAÇAISE. **Defense and National Security Strategic Review 2017**. Paris, 2017.

SENGUPTA, Kim. **Army to form new hybrid-warfare division**. Independent (website), 1<sup>st</sup> Aug. 2019. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/uk/home-news/uk-army-hybrid-warfare-division-conflict-intelligence-cyber-a9030281.html>. Acesso em: 4 Set. 2019.

SHWANDT, Jamie Richard. Uncovering Hidden Patterns of Thought in War. **Military Review**. Leavenworth, v. 98, n. 6, p. 18-29, November-December 2018.

SMITH, Rupert. **A Utilidade da Força: A Arte da Guerra no Mundo Moderno**. Lisboa: Edições 70, 2008.

TORRIJOS, Vicente e SARMIENTO, Luis Fernando Balaguera. **Tendencias Conceptuales que Definen la Evolución Actual de las Amenazas a la Seguridad y Defensa Nacional** in *Desafíos para la Seguridad y Defensa Nacional de Colombia: Teoría y Praxis*. Bogotá: Escuela Superior de Guerra, 2017. Disponível em: <https://esdeguelibros.edu.co/index.php/editorial/catalog/book/19>. Acesso em: 21 jan. 2019.

TRENN, Dmitri. **US Obsession With Containment Driving China And Russia Closer**. Carnegie Moscow Center (website), 31 Jul. 2019. Disponível em: <https://carnegie.ru/2019/07/31/us-obsession-with-containment-driving-china-and-russia-closer-pub-79609>. Acesso em: 4 Set. 2019.

TROXELL, John F. Geoeconomics. **Military Review**. Leavenworth, v. 98, nº 1, p 4-22. January-February 2018.

US ARMY TRAINING AND DOCTRINE COMMAND (TRADOC) G-2. **Competition in 2035: Anticipating Chinese Exploitation of Operational Environments**. Operational environment & Threat Analysis Directorate. 15 Aug. 2019.

US ARMY TRAINING AND DOCTRINE COMMAND (TRADOC) G-2. **The Operational Environment and the Changing Character of Future Warfare**. Disponível em: <https://community.apan.org/wg/tradoc-g2/mad-scientist/m/visualizing-multi-domain-battle2030-2050/200203>. Acesso em 3 Set. 2019.

US ARMY TRAINING AND DOCTRINE COMMAND (TRADOC). **The Urban Environment**. Pamphlet 525-92-1, April 2020. Disponível em: <https://adminpubs.tradoc.army.mil/>. Acesso em 20 Abr. 2020.

US ARMY TRAINING AND DOCTRINE COMMAND (TRADOC). **The U.S. Army in Multi-Domain Operations 2028**. Pamphlet 525-3-1, December 2018.

VISACRO, Alessandro. **A Guerra na Era da Informação**. São Paulo: Contexto, 2018.

VISACRO, Alessandro. Fazendo as coisas certas: segurança e defesa do Estado moderno. **Cadernos de Estudos Estratégicos**. Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, n.1, p. 49-80, mar. 2019.

VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo, Contexto, 2009.

VISACRO, Alessandro. Priorizando as Operações de Combate Convencional em Larga Escala: Como o Exército dos EUA Pretende Lutar e Vencer as Próximas Guerras. **Military Review**, Leavenworth, v. 74, n. 1, p. 12-27, edição brasileira, primeiro trimestre 2019.

VISACRO, Alessandro. O Escalão Corpo de Exército. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**, [S.I.], v. 1, n. 19, p. 56-69, set. 2019, ISSN 2317-6350. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/DMT/article/view/2987>. Acesso em: 24 out. 2019.

VOTEL, Joseph L.; CLEVELAND, Charles T.; CONNETT, Charles T.; IRWIN, Will. Unconventional Warfare in the Gray Zone, **Joint Force Quarterly**. St. Louis, n. 80, p. 101-109, 1<sup>st</sup> Quarter 2016.